

TÍTULO DO TRABALHO			
A LUTA DOS DESEMPREGADOS NO BRASIL NOS ANOS 2000			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Elaine Amorim	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Doutora em Sociologia IFCH-UNICAMP
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Os altos níveis de desemprego, nos anos de 1990 e início dos 2000, tiveram impactos negativos sobre o mercado de trabalho e deterioraram as condições de vida, mas lançou uma fração das classes trabalhadoras para formas de luta que emergiram nesses anos, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). À luz das mudanças na conjuntura política e econômica da década de 2000, essa comunicação tem como objetivo: apresentar uma caracterização geral relacionada à formação do MTD, ao seu horizonte político, instrumentos de luta e perfil da sua base social, como também discutir o desenvolvimento e alterações nas suas práticas e formas de luta no decorrer dessa década. Procurando, assim, discutir como se deu a continuidade e expansão desse movimento em uma conjuntura de diminuição do desemprego e quais mudanças acompanharam a permanência desse movimento na cena pública.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
movimentos de desempregados, neoliberalismo, desemprego			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The high levels of unemployment in the 1990s and early 2000s, had negative impacts on the labor market and deteriorated living conditions, but cast a fraction of the working classes to forms of struggle that emerged in those years, as is the case of the Unemployed Workers Movement (MTD). Basing on the changes in the political and economic environment of the 2000s, this communication aims to: present a general characterization related to the formation of MTD, their political horizon, forms of struggle, and profile of its social base, as well as discuss the development and changes in its practices and this forms of struggle during this decade. Looking thus discuss how was the continuation and expansion of this movement in an scenario of decrease unemployment and what changes accompanied the permanence of this movement on the public scene.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
unemployed movements, neoliberalism, unemployment			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

A LUTA DOS DESEMPREGADOS NO BRASIL NOS ANOS 2000

Elaine Amorim

Doutora em Sociologia IFCH-UNICAMP

1. Introdução

O aumento do desemprego nos anos de 1990 e início dos 2000 correspondeu a um dos impactos da ofensiva neoliberal sobre a classe trabalhadora. Uma ofensiva que se deu à custa dos trabalhadores, atingidos por medidas preconizadas pelo modelo político-econômico neoliberal: abertura comercial e financeira, flexibilização do mercado de trabalho, privatização de empresas e serviços públicos, que foram acompanhadas por reestruturações na produção, alterando o controle sobre o trabalho e redefinindo as formas de exploração. Resultante dessas medidas, o desemprego contribuiu para deteriorar as condições de vida da classe trabalhadora, mas lançou também uma fração desta classe para formas de luta e de resistência que emergiram nesses anos. Referimo-nos aqui especialmente à formação, em 2000, no Rio Grande do Sul, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), cuja trajetória o caracteriza como o principal movimento social voltado para a defesa dos trabalhadores sem emprego, que logrou uma continuidade temporal e uma expansão espacial no país, inclusive nos períodos em que houve, durante a última década, uma diminuição do desemprego.

Esse artigo visa apresentar uma caracterização geral do MTD, especialmente de aspectos relacionados à sua composição social, horizonte político e instrumentos de luta, mas também discutir a evolução e as alterações nas suas práticas e formas de luta durante a década de 2000. Discutiremos essas mudanças à luz das diversas alterações que ocorreram na conjuntura política e econômica ao longo desses dez anos, período caracterizado pelo início dos governos petistas na instância federal. A análise, embora concentrada nessa década, toma como “pano de fundo” os anos de 1990, fundamentais para a compreensão do surgimento do MTD e das transformações produzidas posteriormente na correlação de forças.

A discussão baseia-se nos resultados de uma pesquisa de pós-doutorado, que contemplou o estudo da bibliografia especializada e de documentos produzidos pelo MTD; a realização de entrevistas qualitativas (baseadas em roteiros semiestruturados) com várias lideranças e a aplicação de um questionário semiaberto com membros da base social. O trabalho de campo ocorreu na Região Metropolitana de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), onde se formou a primeira e mais importante organização do MTD.

2. A conjuntura política e econômica brasileira nos anos de 1990 e 2000

A gestação do MTD ocorreu nos últimos anos de 1990 e sua aparição oficial em maio de 2000, quando a implantação do capitalismo neoliberal já havia se consolidado e alterado as relações de classe e poder existentes na sociedade brasileira (Boito Jr., 2002). A introdução do neoliberalismo no Brasil, comparada a outros países latino-americanos, deu-se mais tardiamente devido à capacidade de resistência do movimento popular e sindical que conseguiu frear a implementação desse modelo político-econômico durante os anos de 1980 (Boito Jr., Galvão, Marcelino, 2011). Anos que ficaram marcados pelo fim da última ditadura militar brasileira (1964-1985) e pela efervescência das lutas sociais. A formação de organizações políticas e sociais representativas dos trabalhadores urbanos e rurais (como o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)), as inúmeras greves combativas, a campanha pelas eleições diretas e o processo de ampliação dos direitos sociais consolidado com a Constituição de 1988, ilustram o “ambiente” político existente no país naquela década.

A vitória de Fernando Collor (PRN) nas eleições de 1989 marcaria, porém, o início da implementação das propostas neoliberais reivindicadas por alguns setores da sociedade brasileira e da regressão dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Ao contrário do que sugerem algumas análises, a crise do *impeachment* não fez “(...) *com que o projeto neoliberal sofresse um atraso no Brasil* (Sader, 2013, p.137)”, porque apesar das “contradições” e “resistências seletivas” no interior da burguesia brasileira a respeito do neoliberalismo (Martuscelli, 2012, p.21; 33), tal crise não impediu a continuidade do processo de implementação em curso.

O aprofundamento e a consolidação das reformas neoliberais durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), entre 1995-2002, resultaram, no plano econômico, na combinação entre períodos de baixo crescimento econômico com recessão e no aumento do desemprego, enquanto no plano político, na ofensiva contra os movimentos sociais. À diferença do recuo político-ideológico da luta sindical observado no período, o MST tornou-se a principal força social de oposição à hegemonia neoliberal no país. O desemprego que acometia os trabalhadores do setor urbano e arruinava a luta sindical, aumentava, em contrapartida, as bases sociais desse movimento social.

A política econômica adotada nesse período com base na liberalização comercial e financeira, na valorização do câmbio e nos juros altos, provocou impactos significativos na estrutura produtiva, levando à desindustrialização de alguns setores produtivos. O comprometimento do dinamismo das atividades produtivas nesses setores repercutiu negativamente sobre a geração de postos de trabalho. Afetado por esse baixo dinamismo, pelas políticas de privatização e desregulamentação, o mercado de trabalho apresentou um crescimento dos níveis de desemprego e uma reconfiguração da informalidade (Pochmann, 2007), que foram acompanhados pela ampliação da concentração de renda (Pochmann, 2012).

No que diz respeito aos indicadores sobre o mercado de trabalho, o desemprego aberto cresceu e generalizou-se ao longo dos anos de 1990, diferenciando-se dos níveis registrados em períodos anteriores: enquanto em 1989 correspondia a 3,1%, em 1999 alcançou 9,5% da população economicamente ativa (PEA). Ao todo, registraram-se 5,9 milhões de desempregados a mais nessa última década em relação aos registrados nos anos de 1980. Como se sabe, a mudança na evolução desse indicador durante os anos de 1990, não significa que em períodos anteriores tenha predominado no país uma situação de quase pleno emprego, pois, ao contrário disso, características específicas da formação da sociedade brasileira possibilitou que o desemprego assumisse formas particulares de manifestação, não se restringindo à forma clássica do desemprego aberto. O desemprego oculto por trabalho precário ou por desalento corresponde, nesse caso, a uma dessas formas de manifestação¹.

No que diz respeito à relação entre desempregados e renda, Márcio Pochmann (2006, p. 64) mostra que o desemprego afetava, em 2002, especialmente as famílias de baixa renda, cujo rendimento familiar *per capita* era inferior a R\$163,00 mensais². Do total de desempregados, 62% pertenciam a famílias de baixa renda, enquanto 32,4% e 5,6% provinham, respectivamente, da classe média e classe média alta.

¹ Lembrando que o desemprego aberto refere-se a indivíduos que estão ativamente à procura de um emprego e não desenvolvem nenhum tipo de trabalho na semana tomada como referência durante os levantamentos feitos pelos institutos de pesquisa. O desemprego oculto, em contrapartida, refere-se à situação das pessoas que mesmo desempregadas exercem trabalhos precários (desemprego oculto por trabalho precário) e à situação daquelas que desistiram de procurar emprego por desalento (desemprego oculto por desalento).

² Valores em reais de setembro de 2002 (POCHMANN, 2006, p.64). Em 2002, o salário mínimo vigente, no valor de R\$ 200,00, correspondia 5,6 vezes menos ao que deveria ser, isto é, R\$ 1.129,18, segundo as estimativas do DIEESE (DIEESE, 2002, p.4). Apesar de referir-se aos anos de 1990, a maior expansão dos trabalhos sem remuneração, comparados com as outras ocupações, ajuda a compreender a deterioração das condições de vida de parcela dos trabalhadores no início do século XXI. Na década de 1990 os trabalhos sem remuneração cresceram, em média, 7,8% ao ano, enquanto as ocupações com até 1,5 salários mínimos retraíram 0,1% e entre 1,5 a 3 salários mínimos cresceram 2,7% (POCHMANN, 2012, p.31-32).

Não por acaso, durante a campanha eleitoral de 2002, o tema do desemprego esteve presente na agenda dos candidatos à Presidência. Dentre estes, Lula propôs no documento “*Mais e melhores empregos*” a criação de 10 milhões de postos de trabalho no seu governo, pautando-se, para isso, em uma política de emprego cujos eixos centrais seriam: a) recuperação do crescimento econômico em 5% ao ano; b) redução de 10% da jornada de trabalho e das horas extras; c) introdução de políticas públicas que permitissem retirar do mercado de trabalho pessoas que não deveriam estar (como é o caso de crianças, adolescentes e aposentados) (Pochmann, 2003). Identificado por certos setores sociais à esquerda no espectro político ou como parte do campo da oposição ao capitalismo neoliberal, Lula da Silva passou a ser compreendido como um “governo em disputa” ou como parte da “onda esquerdista” observada na política latino-americana.

Uma vez eleito, o presidente Lula enfrentou, em 2003, os piores índices de desemprego registrados pelos institutos de pesquisa. De acordo com os levantamentos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), que contabiliza inclusive dados referentes ao desemprego oculto, em abril de 2003 registrou-se, pela primeira vez, a maior taxa de desemprego total, 20,6%, na região metropolitana de São Paulo, um dos principais polos industriais e econômicos do país. Porcentagem que bateu recorde histórico por ter sido superior a todas as outras registradas desde 1984, quando se iniciaram os levantamentos feitos por esse Departamento e pela Fundação Seade (Rolli, 2003).

O governo Lula adotou inicialmente uma política macroeconômica de natureza ortodoxa, cujas principais medidas consistiram no aumento da taxa de juros, no superávit primário elevado e no corte do gasto público (Pochmann, 2003, p. 113). Realizou também no início do seu primeiro mandato a reforma previdenciária do funcionalismo público, reduzindo os direitos trabalhistas desse setor. Essa reforma pôs fim à integralidade e à paridade dos servidores públicos com a fixação de um limite a ser percebido a título de proventos de aposentadoria; aumentou o limite de idade para a aposentadoria; determinou a criação de fundos de pensão complementares; e instituiu a cobrança previdência para os inativos (Krein; Santos; Nunes, 2012). A aprovação da reforma da previdência colocou em xeque as aspirações de uma parcela dos trabalhadores que projetavam na figura do novo presidente a preservação e a ampliação dos seus direitos, ao mesmo tempo em que obteve o apoio de uma parcela da população que viram nela o fim dos privilégios (ao contrário de direitos) gozados pelo funcionalismo público.

O tratamento dispensado pelo governo Lula aos direitos do trabalho caracterizou-se por uma ambivalência que se expressou na defesa parcial (Galvão, 2002) da flexibilização trabalhista e na realização de alterações pontuais na legislação do trabalho que significaram um recuo no caráter protecionista desta última, ao mesmo tempo em que introduziu medidas no sentido de ampliar ou preservar alguns direitos.

Mas um dos aspectos a ser destacado da conjuntura econômica dos governos Lula (2003-2010) refere-se à diminuição do desemprego. Enquanto, em 2000, o Brasil tinha cerca de 11,4 milhões de desempregados, segundo o Censo Demográfico do IBGE, em 2009, de acordo com dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- Pnad/IBGE), aproximadamente 92% da PEA estava ocupada (92,5 milhões) e 8,3% desocupada (8,4 milhões) (DIEESE, 2012, p.57). Redução semelhante observou-se nos levantamentos feitos pelo DIEESE em cinco regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal.

Entre os fatores que possibilitaram uma melhora nos indicadores do mercado de trabalho destacam-se o crescimento da economia brasileira, a um nível superior ao verificado entre 1990-2002, e a implementação de políticas de transferência de renda, de valorização do salário mínimo e de acesso ao crédito (KREIN; SANTOS, 2012). O aumento do ritmo do crescimento econômico e a aplicação desse conjunto de políticas públicas incidiram positivamente sobre o poder de compra dos salários, o crescimento do emprego e as oportunidades ocupacionais.

Porém, a despeito da elevação das taxas de emprego, parte significativa dos postos de trabalho criados caracterizou-se pela precarização da relação contratual e do processo de trabalho, tal como revelam os dados sobre a informalidade e a flexibilidade contratual.

Em 2009, 43,4% da população ocupada no Distrito Federal e nas cinco regiões metropolitanas pesquisadas pelo DIEESE, encontrava-se em ocupações informais. A informalidade conviveu também com a ausência de mecanismos inibidores das demissões involuntárias – prática que se tornou uma das formas de gestão da força de trabalho voltada para a redução de custos e uma característica marcante do funcionamento do mercado formal no Brasil. Essa flexibilidade contratual pode ser observada nas altas taxas de rotatividade, que registraram em 2001, 45,1%, em 2009, 49,4% e em 2010, 53,8% (DIEESE, 2012, p. 281).

Os dados revelam que houve uma piora de vários aspectos relativos à rotatividade e uma maior flexibilização contratual no decorrer de 1999 a 2009. Isso significa que os trabalhadores estiveram expostos recorrentemente a contratos e condições de trabalho instáveis, que os levaram a enfrentar períodos de desemprego, de buscas por uma nova

colocação e de inatividade, bem como um rebaixamento salarial devido ao uso da rotatividade por parte das empresas como forma de reduzir custos. No caso dos trabalhadores submetidos aos trabalhos informais essa vulnerabilidade não foi menor. Basta observar que, em 2009, o tempo médio no emprego dos trabalhadores de serviços terceirizados sem carteira de trabalho foi de apenas 16 semanas (DIEESE, 2012, p.175), ou seja, 4 meses!

A menção a esses dados coletados durante a pesquisa evidencia as alterações no mercado de trabalho e suas novas configurações. Tê-las presente é fundamental para a compreensão do movimento de desempregados nos anos 2000, pois se uma das suas principais bandeiras originais era a luta contra o desemprego, a sua base social caracteriza-se por trajetórias ocupacionais em trabalhos informais, sem acesso a qualquer tipo de proteção trabalhista.

3. A formação e trajetória do MTD nos anos 2000

3.1 Horizonte político, reivindicações e instrumentos de luta na origem do movimento

No Brasil, a principal referência organizativa dos trabalhadores sem emprego é o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), formado originalmente no Rio Grande do Sul, em 2000. A sua trajetória de quase quinze anos nesse estado destoa da curta duração de outras iniciativas de organização dos desempregados, como a do Movimento Contra o Desemprego (MCD), surgido na cidade de Campinas (São Paulo), na segunda metade dos anos de 1990³. A primeira organização do MTD resultou da iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Consulta Popular⁴ (Mangueira, 2006), que nucleava militantes de diversas organizações (como a Via Campesina, pastorais sociais da Igreja Católica, sindicatos, MST, entre outras) e que compartilhavam uma leitura comum sobre a deterioração das condições de vida e de trabalho dos setores urbanos provocada pelas políticas neoliberais implantadas no país.

³ Para uma compreensão desse movimento e sua relação com o sindicalismo, ver Barreto (2005) e Souza (2010).

⁴ Impulsionada pelo MST e criada em 1997, a Consulta Popular é uma organização política que se originou a partir da crítica à primazia eleitoral e ao rebaixamento dos programas políticos que passaram a ser praticados pela esquerda partidária, descrente dos projetos políticos revolucionários. Defendendo a retomada dos trabalhos de base, a Consulta Popular aglutinou militantes de diversos movimentos e organizações sociais, tendo como principal proposta construir um Projeto Popular Para o Brasil em contraposição ao neoliberalismo. Para maiores informações ver site: <http://www.consultapopular.org.br>

Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), onde o MTD se constituiu, o desemprego vinha atingindo níveis elevados, tendo alcançado, em 1999, 19%, o que correspondia a um total de 316 mil pessoas sem emprego⁵ (Bastos, 2011, p. 186).

Mas além do alarmante desemprego e de outros desafios impostos pelos processos econômicos e políticos em curso, estava em discussão no interior da Consulta Popular o abandono do horizonte político revolucionário pela esquerda, especialmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o enfraquecimento da ação sindical frente à força política demonstrada em décadas anteriores e os limites dos movimentos sociais por moradia no avanço das suas lutas para além das suas reivindicações imediatas. Tratava-se, então, de um contexto de debates e elaboração de proposições no interior da Consulta Popular frente ao cenário nacional. A idealização e a conformação do MTD resultaram, nesse contexto, das proposições dessa organização e do MST, preocupadas não apenas com os efeitos da repressão em curso sobre as lutas no campo, mas também com a necessidade de um movimento social de massas representativo do setor urbano.

É importante observar, então, que o MTD formou-se a partir do trabalho de base desenvolvido por pessoas com uma trajetória de militância em partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais ou pastorais e que não eram necessariamente desempregados. Esse “capital político” decorrente de diferentes experiências prévias de engajamento é um fator significativo para a compreensão da formação desse movimento, dos seus princípios e do seu horizonte político. Formação que foi previamente pensada, debatida e planejada. As “Cartilhas dos Desempregados”, escritas com o objetivo de fornecer orientações sobre o trabalho de base e de organização a ser desenvolvido com o público alvo apresentam essa reflexão prévia, assim como já apontavam alguns princípios do movimento e que conformariam o seu projeto político. De acordo com um desses princípios:

Que a luta não seja apenas por resolver problemas emergenciais, mas que seja uma luta por uma sociedade justa, pois sabemos que no atual sistema capitalista e neoliberal não conseguimos a valorização do trabalho e da produção. Portanto, lutamos por uma sociedade e um novo sistema econômico onde a prioridade seja o ser humano.

Que o movimento dos desempregados seja um movimento de massas, autônomo, para conquistarmos direitos básicos como comida, casa,

⁵ A título de comparação, em 1993, a taxa de desemprego total na RMPA era de 12,2% e atingia um total de 174 mil pessoas (Bastos, 2011, p. 186).

trabalho e transformação social (CARTILHA DOS DESEMPREGADOS, 2000, p. 11).

Embora não apareça nas cartilhas a formulação da construção de um “Projeto Popular para o Brasil”, tal como proposto pela Consulta Popular e incorporado pelo MTD em documentos posteriores (MTE, 2007), defendia-se o seguinte objetivo:

Construir e organizar um movimento social de massas de desempregados nas periferias das grandes cidades do RS, que lute pelo direito ao trabalho e à moradia, e que, como tal eleve o nível de consciência política dessas massas excluídas e as transforme em atores da luta de classes no estado (Cartilha dos Desempregados, 2000a, p. 12; grifo dos autores).

Em outro documento não datado, mas cujo título – “Princípios do Movimento dos Trabalhadores Desempregados” – indica ter sido elaborado após a escrita das cartilhas e, provavelmente, quando já está estabelecida a identificação MTD, encontram-se dois princípios indicativos do horizonte político e da defesa do caráter de classe do movimento (Documento “Princípios do Movimento dos Trabalhadores Desempregados”, s/data, p.1)

Nossa identidade, coesão e aliança é de classe trabalhadora, seja ela desempregada ou não.

Que toda nossa luta tenha como horizonte a construção de uma sociedade socialista

Desse modo, o MTD surgiu oficialmente em maio de 2000, quando ocupou com 200 famílias (MTE, 2007) provenientes de diferentes municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, uma área destinada à montadora de automóveis *General Motors*, na cidade de Gravataí. Ocupação que teve um caráter estratégico ao reivindicar do governo estadual a concessão do terreno para a formação de um assentamento e a criação de frentes de trabalho.

As principais bandeiras de luta apresentadas originalmente pelo movimento foram as Frentes Emergenciais de Trabalho e os Assentamentos Rururbanos. As Frentes consistiam na criação de postos de trabalho destinados aos desempregados que teriam assegurado uma bolsa-auxílio no valor de um salário mínimo, cesta básica, vale-transporte e qualificação profissional durante 6 meses (MTD, 2007; FILHO, 2009). As Frentes eram compreendidas

como uma medida necessária para amenizar os efeitos do desemprego e possibilitar o acúmulo de forças contra o modelo econômico vigente, enquanto não se consolidava um “(...) projeto de desenvolvimento econômico que distribua[ísse] renda e proíba[ísse] a especulação financeira” (Cartilha dos Desempregados, 2000a, p. 11). O desemprego era compreendido, nesse sentido, como resultante tanto das inovações tecnológicas como das políticas neoliberais e da especulação financeira.

Após um ano do surgimento oficial do movimento e da ocupação mantida pelas 200 famílias, aprovou-se a Lei Estadual das Frentes Emergenciais de Trabalho (Lei n.11.628, de 14/05/01), cuja aplicação dependeria do orçamento estadual anual (MTE, 2007). A regulamentação da lei seria vista, então, como uma das primeiras conquistas do MTD. Os beneficiários passaram a prestar serviços eventuais para o governo, como limpar colégios, reflorestar margens de córregos, entre outras atividades.

A segunda principal reivindicação, os “assentamentos rururbanos”, estava diretamente relacionada com a negação do emprego assalariado feita pelo movimento, que propunha, em contrapartida, o trabalho coletivo baseado na autogestão; isto é, almejava-se desenvolver com as famílias assentadas, atividades agropecuárias e empreendimentos específicos do setor urbano (como uma metalúrgica, fábrica de tijolos, entre outros) cuja produção pudesse ser compartilhada pelos próprios produtores e destinada para a venda no mercado. Com essa proposta o MTD visava a reintegrar, à esfera do trabalho, trabalhadores urbanos, em situação de desemprego ou subemprego, como também retirá-los das periferias das grandes cidades e das péssimas condições de moradia. Esse novo tipo de assentamento deveria estar localizado em áreas rurais ou urbanas de ocupação extensiva e/ou em áreas de extensão rural próximas aos grandes centros urbanos, a fim de permitir que um membro da família assentada mantivesse vínculos de trabalho no setor urbano.

Os assentamentos rururbanos supririam, segundo a proposta original, a necessidade de uma moradia e de um trabalho, na medida em que teriam uma área destinada para a residência e outra para a realização desses empreendimentos e atividades agropecuárias. A proposta da autogestão como forma de desenvolvimento desses projetos casava-se justamente com o horizonte político anticapitalista do movimento, que se contrapunha às relações capitalistas de produção.

Em maio de 2001, após um ano de experiência do primeiro acampamento e quando se encontrava à frente do governo estadual o petista Olívio Dutra (1999 - 2002), o MTD conquistou o seu primeiro assentamento, localizado no município de Eldorado do Sul, que

veio a ser denominado como Belo Monte (MTE, 2007, p. 48). Nele viviam, em 2012, cerca de 50 famílias, e a área estava dividida em lotes de 20 x 50 metros destinados às residências e em lotes de 4,3 hectares voltados para a produção.

Para um movimento recém-formado, que não contava com nenhuma referência de organização representativa dos desempregados urbanos no país, foram extremamente significativas as conquistas do MTD em um período relativamente curto da sua história. Conquistas que merecem ser destacadas inclusive frente às dificuldades encontradas pelos movimentos sociais na mobilização das classes trabalhadoras, inibidas com o crescimento dos índices de desemprego e atemorizadas pelos episódios de repressão cometidos pelo governo federal contra as lutas populares, na década de 1990 (Coletti, 2002).

Nesses dois anos (2000-2002), além do trabalho de base e da realização de outras ocupações de terras, os esforços do MTD direcionaram-se para a organização dos assentados e dos empreendimentos autogestivos (por exemplo: a horta comunitária, a fábrica de tijolos, a padaria, entre outros) no interior do primeiro assentamento conquistado.

O eixo de luta do movimento passaria a ser, então: “*Trabalho, Terra e Teto e Educação*”. A defesa dessa bandeira de luta esteve articulada, nos primeiros anos de existência do movimento com ações e métodos de luta direcionados, sobretudo, para a conquista imediata das três primeiras reivindicações. É destacável, nesse sentido, que ao longo de 2000 a 2002 o movimento realizou o maior número de ocupações estratégicas, consideradas aqui como ações que têm como finalidade conquistar o terreno ou espaço ocupado. De um total de 65 ocupações realizadas durante os anos 2000, 11 apresentaram um caráter estratégico, sendo que dentre estas, 8 ocorreram entre 2000 e 2002. Dado que revela a importância da ocupação como forma de luta e do “assentamento rururbano” enquanto reivindicação que aglutinava a demanda por trabalho e por moradia.

3.2 Redefinições nas formas de luta, composição social e evolução dos protestos

Nos anos seguintes, particularmente entre 2003 e 2006 o movimento adotou como estratégia construir núcleos de base nos bairros da periferia, com o objetivo de massificar-se e tornar-se uma referência política no estado, como também centrou a sua reivindicação na conformação de Grupos de Produção em diversas áreas produtivas (confeção, artesanato, padarias), visando realizar uma atividade permanente relacionada com a experiência profissional dos seus membros e por um tempo maior ao estipulado pelas Frentes Emergenciais de Trabalho (Cmi Brasil, 2004).

Os “assentamentos rururbanos” que atendiam quase todos os aspectos da bandeira de luta, saíram praticamente da pauta reivindicativa, conforme constatamos com a caracterização dos protestos realizados ao longo da década. O exame de alguns materiais e as entrevistas realizadas com dirigentes explicitou que essa alteração deu-se em função da tentativa do movimento massificar-se. Segundo o depoimento das lideranças, as primeiras experiências nos “assentamentos rururbanos” mostraram que estes e as ocupações de terras não promoveriam a massificação do MTD.

Paralela a essa mudança, medidas políticas adotadas no âmbito da esfera estadual tiveram consequências prejudiciais para o assentamento de Belo Monte. A regularização por parte do governo de Germano Rigotto (PMDB, 2003-2006) desse assentamento como rural e não como rururbano, interferiu diretamente na continuidade dos empreendimentos coletivos, uma vez que o acesso às políticas de financiamento disponibilizadas pelo governo deveria ser pleiteado individualmente ou por cada família, e não por todo o coletivo. A mudança da natureza do assentamento de Belo Monte a partir dessa regularização atingiu diretamente a viabilização dos objetivos almejados inicialmente a respeito dos empreendimentos autogestivos e dos trabalhos coletivos ao individualizar o acesso aos programas de financiamento.

Frente a essas alterações, a organização de núcleos de base nas periferias urbanas, colocada em prática de acordo com a redefinição das estratégias, atraiu o engajamento de inúmeras mulheres desempregadas, cuja participação contribuiu para o crescimento, a massificação e a feminização do movimento. O núcleo de base como forma de organização consistia na reunião de mulheres em um local comunitário ou na casa de uma das participantes, que se organizavam para realizar conjuntamente atividades artesanais, de costura ou produção de alimentos caseiros, destinando-os para a venda. Membros do movimento acompanhavam tais reuniões e procuravam articulá-las com outras atividades ou oficinas desenvolvidas sobre educação popular, violência doméstica, questões de gênero, etc.

O objetivo dos núcleos era oferecer instrumental para que as participantes conseguissem conformar grupos de produção coletivos, amenizando sua situação de desemprego. No entanto, a inviabilidade econômica dos grupos coletivos de trabalho passou a ser uma das dificuldades enfrentadas e um dos obstáculos para a continuidade ou o êxito dos mesmos. Por isso, nos últimos anos o movimento começou a defender a criação dos Pontos Populares de Trabalho (PPT), que consiste no desenvolvimento de projetos produtivos por meio do apoio financeiro do poder público. Esse apoio envolveria a locação de um espaço

físico, o empréstimo de instrumentos e maquinários ao movimento e a concessão de um auxílio financeiro às desempregadas engajadas. De acordo com o movimento, a partir desse auxílio, assegurado por um médio prazo, as desempregadas teriam condições de enfrentar as dificuldades econômicas iniciais relativas à conformação de um empreendimento produtivo e lograr uma autonomia financeira que viabilizasse seus empreendimentos.

Desse modo, ao longo da década o MTD priorizou, além da formação dos núcleos de base, a demanda por trabalho e ajuda alimentícia via políticas sociais, como é o caso das Frentes Emergenciais de Trabalho e outras políticas voltadas para o desenvolvimento de microempreendimentos produtivos (por exemplo, a implantação dos Pontos Populares de Trabalho, implantado no município de Canoas/RS) ou mesmo para a subsistência alimentar, como é o caso do acesso às cestas básicas obtidas por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, formulada pelo governo Lula. O recebimento deste segundo benefício se dá por meio da participação no movimento, que pleiteia junto ao governo a aquisição das cestas básicas. A negociação que se estabelece junto às esferas federais na obtenção desse programa parece indicar a capacidade organizativa e o reconhecimento obtido pelo MTD, para além do âmbito do estado gaúcho.

Na pauta de reivindicações elaborada no segundo semestre de 2011 e apresentada ao governador Tarso Genro (PT), constatamos a retomada da defesa dos “assentamentos rururbanos” com um duplo objetivo: “concluir as experiências iniciadas em 2000” em algumas cidades gaúchas e “realizar novas experiências levando em conta [a] Reforma Agrária e Urbana” (Documento: “Pauta de Reivindicações”, Porto Alegre, 2º semestre de 2011). Constavam ainda na lista de demandas apresentadas nesse documento as Frentes Emergenciais de Trabalho – reivindicação que se manteve durante toda a década -, os Pontos Populares de Trabalho, como também o acesso ao Bolsa Família e ao PAA.

Como dito, entre 2003 a 2006, o MTD adotou estratégias que lhe permitissem massificar-se e tornar-se uma referência política no Rio Grande do Sul. A massificação foi acompanhada por uma feminização da base social, porque ainda que as mulheres tenham sempre apresentado uma expressiva participação, passaram a compor 90% da base social. Três elementos parecem importantes para a compreensão dessa composição social que configurou uma militância praticamente feminina: a ênfase dada à organização dos núcleos de bairro, a informalidade e a difusão das formas precárias de trabalho.

Segundo o depoimento de um dos coordenadores estaduais entrevistado, os núcleos de bairro responderam a uma demanda das mulheres referente à necessidade de uma complementação da renda familiar. O acesso aos subsídios das Frentes Emergenciais de

Trabalho, as atividades desenvolvidas nos Grupos de Produção e, mais recentemente a obtenção dos alimentos do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), teriam contribuído para assegurar esse complemento. Provavelmente, os núcleos de bairro, como uma forma de organização, tenha atraído um perfil de desempregada que conta possivelmente com outras fontes de sobrevivência (como a realização de trabalhos precários, a renda de outros familiares ou benefícios sociais).

Durante a pesquisa de campo aplicamos um questionário com uma pequena amostra de 15 pessoas (12 mulheres e 2 homens), dentre as quais 7 moravam no assentamento de Belo Monte e as demais participavam dos núcleos de bairro e diferentes empreendimentos desenvolvidos pelo movimento, como uma associação de reciclagem de lixo, uma padaria e uma confecção. Os dados obtidos demonstraram a predominância de desempregadas com uma trajetória profissional marcada pela realização de trabalhos informais e precários. Considerando que todas as pessoas entrevistadas declararam ter realizado em vários momentos da vida diferentes tipos de bico (como faxinas, passar roupa, babá, serviços de panfletagem), 33% declararam que nunca tinham sido registradas e, dentre o grupo com experiência de trabalho registrado, 60% tiveram o seu último registro na carteira há mais de 10 anos. É tão significativo o predomínio de vínculos informais de trabalho na trajetória ocupacional das entrevistadas que algumas delas tinham dificuldades para recordar quando tiveram um emprego ou mesmo quando passaram a não ter um trabalho assalariado, dada à transitoriedade entre situações tão diversas, porém instáveis, no mercado de trabalho.

Quando questionadas sobre a sua situação atual de trabalho ou de desemprego, as respostas variavam de acordo com o tipo de atuação no interior do movimento. Em geral, as entrevistadas atuantes nos grupos de produção (padaria e confecção) consideravam-se desempregadas, porque o retorno financeiro dos trabalhos que realizavam era exíguo; em contrapartida, aquelas que trabalhavam no empreendimento de reciclagem de lixo e recebiam uma remuneração mensal admitiam que tinham um trabalho. Enquanto as assentadas, em geral, não se identificavam como desempregadas, uma vez que trabalhavam na produção agrícola no próprio lote de terra ou, em alguns casos, realizavam algum tipo de trabalho no setor de serviços. Assim, considerando a autopercepção das entrevistadas, 40% delas consideravam-se desempregadas, sendo a maior parte delas participantes dos grupos de produção e núcleos de base, enquanto 46% não se percebiam como desempregadas, pelo fato de trabalharem no assentamento ou na reciclagem de lixo, espaços desenvolvidos pelo movimento.

A maior parte das mulheres que respondeu ao questionário tinha acima de 40 anos (73%) predominantemente em duas faixas etárias (40 a 49 anos e 50 a 59 anos) e 60% não tinham o Ensino Fundamental Completo. No que diz respeito à renda, 46% das entrevistadas tinham uma renda mensal familiar de no máximo 1 salário mínimo e meio; se ampliamos esse intervalo até 2 salários mínimos, o percentual de pessoas com essa renda alcança 73%. É interessante observar que as duas únicas pessoas na faixa acima de 3 salários viviam da renda auferida com o trabalho agrícola realizado no assentamento e que se identificavam como pequenos produtores rurais. Situação econômica que, de algum modo, distinguia-se da parcela cujo orçamento encontrava-se comprometido com as necessidades mais básicas, como alimentação, higiene e vestuário. Cabe ainda destacar que a renda de 93% dos casos incluía o valor de algum benefício social assegurado pelo governo federal; dentre os quais, 71% recebiam o Programa Bolsa Família e/ou a cesta básica do PAA.

Além dos dados levantados junto a essa pequena parcela da base social, fizemos durante a pesquisa um levantamento das mobilizações realizadas pelo MTD do Rio Grande do Sul, com base nos dois principais jornais desse estado⁶. Os dados levantados ofereceram um panorama dos anos nos quais houve uma maior mobilização, dos métodos de luta mais utilizados e da importância da ação direta.

Considerando o número de protestos realizados direta ou indiretamente (sem ter sido convocado exclusivamente) pelo MTD-RS, entre 2000 a 2011, constata-se um total de 167 protestos praticados nesses anos, especialmente no período de 2002 a 2007 por ter sido o mais intenso: 28, em 2004, 24, em 2007, 23, em 2002 e 19, em 2005. Enquanto 2007 correspondeu ao segundo ano com maior número de mobilizações, a partir de 2009 até 2011 ocorreu uma queda abrupta nesses dados: 4, em 2009, 2, em 2010 e 0 em 2011. A explicação para esses comportamentos contrastantes parece estar relacionada a alguns fatores:

1º) considerando a curta história do MTD, o período de 2002 a 2005 pode ser considerado como uma fase de consolidação das conquistas obtidas em 2001, bem como de continuidade e

⁶ No Brasil não há observatórios sociais ou institutos dedicados ao levantamento dos protestos realizados pelos Movimentos dos Trabalhadores de Desempregados, ao contrário dos mapeamentos existentes sobre os conflitos no campo e sindicais, realizados, respectivamente, por organizações como a Comissão Pastoral da Terra, vinculada à Igreja Católica, e o DIEESE. A ausência desse tipo de dado impõe uma dificuldade para a compreensão das especificidades das lutas, dos seus períodos de avanço ou recuo, já que o protesto é um dos indicadores que expressam a dinâmica política e a capacidade organizativa dos movimentos sociais. Para contornar essa lacuna, realizamos um levantamento e análise de 254 matérias publicadas, a partir do ano 2000, nos jornais Correio do Povo e Jornal Zero Hora sobre o MTD do Rio Grande do Sul. A análise desse material consistiu em contabilizar os protestos e construir uma base de dados sobre suas características específicas. Tratou-se de um trabalho minucioso de rastreamento de informações, uma vez que os dados necessários para a caracterização completa de uma ação encontravam-se dispersos em várias matérias. A base de dados formulada ofereceu informações valiosas para esse estudo, uma vez que nas teses e artigos lidos sobre o MTD, não havia nenhuma referência semelhante à contagem das mobilizações e à caracterização feita por nós.

expansão do que se alcançou inicialmente para outros membros que se incorporaram à base social. Período no qual se buscou concretizar alguns projetos produtivos no assentamento de Belo Monte e a instalação dos assentados, o que exigia a realização de diferentes formas de luta a fim de obterem o atendimento de novas demandas (como concessão de créditos para construção de casas, para a produção agropecuária, etc.);

2º) com a correlação de forças configurada no estado a partir da ascensão dos governos de Germano Rigotto, do PMDB, em 2003, e de Yeda Crucius, do PSDB, em 2007. O atendimento das reivindicações pelo governo de Rigotto caracterizava-se pela sua lentidão, o que levava à necessidade do movimento organizar novas ações, com o objetivo de pressionar pela concretização do que havia sido acordado em protesto anterior. Em oposição, se o primeiro ano (2007) do governo de Yeda Crucius correspondeu ao segundo com maior número de mobilizações registrada ao longo de toda a série, por outro lado, correspondeu ao de maior repressão e criminalização praticado contra o movimento. A análise das matérias de jornais indicou a configuração de uma correlação de forças completamente desfavorável ao MTD-RS, no âmbito estadual, durante o mandato dessa governadora. Um exemplo é a forma pela qual o Batalhão Militar passou a intervir nas manifestações e a tratar os manifestantes. Aspecto que explica, em certa medida, a brutal queda das mobilizações em 2009 e 2010. Período em que o movimento não obteve nenhuma conquista junto ao governo estadual, segundo um dos coordenadores estaduais entrevistado.

Em relação ao tipo de protesto mais praticado destaca-se a ocupação, cuja ocorrência representou 41,9% do total de ações. As ações mais registradas na sequência foram: “Outros tipos de manifestação” (23,9%), “Marchas” (15,5%) e “Acampamentos” (5,3%). O número destacável de ocupações evidencia a importância desse instrumento de luta para o movimento por portar uma agressividade política e uma maior capacidade de interpelar o alvo dos protestos que, em geral, é o Estado. Uma vez que a condição de classe da base social do MTD interfere na realização de outros tipos de protesto com forte capacidade de pressão, como é o caso das greves, a importância da ação direta pode ser observada também nos acampamentos, piquetes e bloqueios de estradas. Os dados dessas formas de luta somados aos das ocupações demonstram que representaram 51,8% do total de protestos realizados no período pelo MTD. Lembrando que se considera aqui como ação direta as formas de resistência que envolvem um engajamento corporal na ação e a permanência no espaço público ou privado onde se trava o conflito, assim como aquelas ações em que a resolução da demanda reivindicada se dá, provisoriamente, pelo próprio movimento, como é o caso das ocupações de terrenos realizadas com a finalidade de suprir a necessidade de moradias.

Os dados coletados mostraram, portanto, uma diminuição significativa das mobilizações realizadas no final da década, o que coloca interrogações sobre as motivações ou dificuldades enfrentadas pelo movimento para dar sequência as suas ações e formas de luta nesse contexto.

Considerações Finais

A realização da pesquisa permitiu compreender que, a partir de 2003 o MTD deparou-se com diferentes desafios frente às mudanças na conjuntura política e econômica que o levaram a priorizar ações mais reivindicativas e, em alguns casos, defensivas, nas quais preponderaram demandas imediatas da sua base social. Ao mesmo tempo em que houve uma reformulação das reivindicações, os acampamentos e os assentamentos rururbanos passaram a não ser mais priorizados, seja enquanto uma forma de organização estratégica dos desempregados (ocupação), seja como uma reivindicação que articulava as principais bandeiras de luta da organização (Trabalho, Terra e Teto).

Em relação ao horizonte político, apesar de o MTD posicionar-se contra o neoliberalismo e defender uma luta anticapitalista, ideias defendidas na sua origem, como a negação do emprego assalariado, passaram por uma reavaliação nos últimos anos, frente ao crescimento dos empregos e à impossibilidade de negar à sua base o acesso a estes. Se é possível dizer que ainda está presente no MTD a ideia de disputar um projeto de sociedade, percebemos durante a pesquisa que não havia mais uma clareza do que seria exatamente esse projeto.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Eleonora. **Desemprego e (des)mobilização política: a luta do sindicato dos bancários de Campinas e região.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BASTOS, Raul Luís Assumpção. Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre: aspectos da experiência dos anos 2000. **Revista ABET**, vol.X, n. 2, jul./dez. 2011.

CMI Brasil. Conheça as Frentes de Trabalho. 2004. Disponível no site: <http://www.midia independente.org/pt/red/2004/06/284854.shtml>

COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal. **Idéias**, Campinas, nº 9, 2002.

COLETTI, Claudinei. Avanços e impasses do MST e da luta pela terra no Brasil nos anos recentes. In: SEOANE, José. (Org.) **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Clacso, Buenos Aires, 2004.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. DIEESE, São Paulo, 2012.

DIEESE. Mercado de trabalho metropolitano em 2010. **Sistema de Pesquisa e Emprego**, 2011.

DIEESE. **Mercado de trabalho Brasileiro: evolução recente e desafios**. São Bernardo do Campo, 2010. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/mercadoTrabalhoEvolucaoDesafioStexto2010.pdf>

DIEESE. O agravamento do desemprego no Brasil. **Informativo Eletrônico do DIEESE**, ano 3, n.28, julho, 2002.

GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. In: BOITO Jr.; Armando; GALVÃO, Andréia (Org.) **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012

GALVÃO, Andréia; BOITO, Armando; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de dois mil. In: MODONESI, Massimo; REBÓN, Julián (Comp.). **Una década en movimiento: luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI**. Buenos Aires: Prometeo Libros/CLACSO, 2011.

KREIN, Dari José.; SANTOS, Anselmo Luis dos. La formalización del trabajo en Brasil. El crecimiento económico y los efectivos de las políticas laborales. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n.239, maio/junio, 2012.

KREIN, Dari José; SANTOS, Anselmo Luis dos; NUNES, Bartira Tardelli. Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 201, fev. 2012.

MTD. Cartilha dos Desempregados. **Cartilha do Militante**, N.01, Porto Alegre, 2000.

MTD. Cartilha dos Desempregados. **Desafio dos Trabalhadores Desempregados**, N.02, Porto Alegre, 2000a.

MTD. Denúncias de Agressão aos Direitos Humanos. Porto Alegre. 2007.

MTD. Fome Zero é Trabalho.(s/data).

MTD. I Encontro Nacional do MTD. Porto Alegre, 2007a (mimeo).

MTD. **Princípios do Movimento dos Trabalhadores Desempregados**. (s/data). Mimeo.

MTE. **Cidadania**. Movimento dos Trabalhadores Desempregados. Conquistando direitos, construindo cidadania. Porto Alegre: Camp, 2007a.

MTE. **Educação e Trabalho**. Educação popular e movimentos sociais. Porto Alegre: Camp, 2007.

POCHMANN, Márcio. Desempleo y políticas de empleo: los retos del gobierno de Lula. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, 2003.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo. 2006.

POCHMANN, Márcio. Informalidade Reconfigurada. **Revista Fórum**. 13 agosto 2007. Disponível em: www.revistaforum.com.br

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide brasileira. São Paulo Editora Boitempo, 2012.

SOUZA, Davisson C. C.. **Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002**: unidade e fratura entre o exercito de operários ativo e de reserva. 450p. Doutorado (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.